

**CONCLUSÃO**

Aos 03 de fevereiro de 2022, faço estes autos conclusos ao(à) MM.(a) Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional V – São Miguel Paulista, o(a) **Exmo(a). Sr(a). Dr(a). PAULO DE TARSSO DA SILVA PINTO**. NADA MAIS. Eu, (Davi Silveira Raymundo Júnior), Assistente Judiciário.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1016667-97.2021.8.26.0005 - Procedimento Comum Cível**

Requerente: -----

Requerido: -----

**Vistos.**

----- ajuizou a presente ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com pedido de indenização por dano moral em face de ----- alegando, em síntese, que no dia 06 de janeiro de 2021 realizou a locação de um veículo, pagando R\$ 1.023,12, a título de caução. No dia 05 de junho de 2021 foi vítima do crime de furto, comunicado à ré. Ocorre que a ré passou a cobrar o valor de R\$ 2.656,37 e, além disto, não ressarcir o valor da caução. Houve abalo moral. Assim, discorrendo sobre o direito que o assiste, o autor requereu a procedência dos pedidos para que a dívida seja declarada inexigível e a ré condenada ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. Atribuiu à causa o valor de R\$ 14.679,49 e com a inicial juntou documentos.

O pedido de tutela provisória foi indeferido (p. 47).

Regularmente citada, a ré contestou na p. 52/68 alegando, em síntese, que apesar do veículo ter sido recuperado, sofreu inúmeras avarias e danos, que são de responsabilidade do autor. A cobrança no valor de R\$ 2.656,37 se refere a "custos operacionais", declarados regulares em procedimento administrativo. Esclareceu que os custos operacionais têm previsão em contrato e são cobrados quando há sinistro com o carro alugado para ressarcir a perda de receita da empresa, a depreciação do bem e a contratação de serviços de terceiros. No mais, impugnou o pedido de dano moral e teceu demais considerações para pleitear a improcedência. Documentos na p. 69/122.

Réplica na p. 146/153.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL V - SÃO MIGUEL PAULISTA**  
**4ª VARA CÍVEL**  
AV. AFONSO LOPES DE BAIÃO Nº 1736, São Paulo-SP - CEP  
08040-000  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fls. 155

**1016667-97.2021.8.26.0005 - lauda 1**

**É o relatório.**

**Decido.**

O feito em questão comporta julgamento na fase em que se encontra por não haver necessidade de produção de provas em audiência, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que despiciendo se faz designar audiência de instrução e julgamento para a produção de novas provas.

Os pedidos são parcialmente procedentes.

Incontrovertida a relação jurídica havida entre as partes, haja vista a locação do veículo pelo autor junto à parte ré, bem como a ocorrência do furto do bem durante a vigência do contrato.

A controvérsia cinge-se quanto à abusividade da cobrança referente aos "custos operacionais" em caso de subtração do carro.

Pois bem.

Conforme se verifica nas mencionadas "Condições Específicas do Contrato de Aluguel de Carros e Seguro para o Motorista Parceiro", a descrição da tarifa cobrada, denominada "Custos Operacionais", no item 4.1.3, alínea c (p. 113), tem a seguinte redação: *"referem-se aos ônus suportados pela Locadora em virtude de sinistro, especialmente os decorrentes de indisponibilidade do carro, serviços relacionados, perda de valor de mercado do carro e outros custos incorridos na operação da Locadora para ressarcimento de todos os seus prejuízos. O valor mínimo da Indenização por Custos Operacionais será limitado ao menor valor dos prejuízos da Locadora e o valor máximo será limitado ao valor descrito no Tarifário. A adesão ao Seguro do Carro e/ou para Terceiros NÃO isentará o Cliente do pagamento da Indenização por Custos Operacionais."*

E, de acordo com o item 7.2.4, da seção referente às Condições do Seguro, o seguro do carro oferece cobertura exclusivamente para furto, roubo, incêndio ou avarias no carro alugado (p. 118), não cobrindo a indenização por custos operacionais devidos à locadora, conforme item 7.3.14 (p. 119).

Entretanto, no caso, deve-se observar que o furto não ocorreu em razão de culpa da parte autora, sendo desarrazoado lhe impor o pagamento referente

**1016667-97.2021.8.26.0005 - lauda 2**

à taxa denominada "Custos Operacionais", uma vez que se trata de verdadeira transferência de ônus da empresa locadora de veículos ao consumidor locatário.

Ademais, relevante estabelecer que a parte autora ao tempo da contratação da locação do automóvel também efetuou a contratação de seguro do veículo total RCF com cobertura para casco do automóvel pelo valor de mercado 100% FIPE.

Além disso, a despeito da contestação apresentada pela parte ré ser demasiadamente genérica, sem relacionar os fatos aqui tratados com a aplicação do direito que lhe socorre, tem-se que a parte ré não demonstrou minimamente os alegados prejuízos sofridos, não havendo que se falar em depreciação do veículo, ante o furto do bem, tampouco que tenha deixado de auferir receita com o veículo, já que não comprovou existência de demanda reprimida no período em que o veículo ficou em reparo.

Nesse sentido já decidiu o Egr. Tribunal de Justiça:

*Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com indenização fundada em dano moral. Sentença de parcial procedência. Recursos de ambas as partes. Autor que teve seu veículo roubado, sendo orientado pela seguradora a celebrar contrato de locação de um veículo reserva com a ré. Furto do carro reserva. Cobrança de débito denominado "extras gerados pelo contrato", sob a escusa de se tratar de custos operacionais. Impossibilidade. Ré que não comprova prejuízo para ressarcimento do valor cobrado e não demonstra tenha dado ciência prévia, informando clara e precisamente a possibilidade de sua cobrança, em razão de sinistro. Abusividade evidenciada. Infringência aos arts. 6º III, 46, 47 e 51 IV e XV do CDC. Inexigibilidade de débito que se impõe. Dano moral caracterizado, ante a desídia da ré para resolver o impasse. Redução, porém do seu valor de R\$ 7.000,00 para R\$ 3.000,00. Decaimentos das partes em igualdade de proporção. Sucumbência recíproca mantida. RECURSO DO AUTOR, NEGADO. RECURSO DA RÉ, PARCIALMENTE PROVIDO (TJSP, 32ª C. Direito Privado, AP 1012106-31.2015.8.26.0008, Rel. Maria de Lourdes Lopez Gil, j. 10.08.2017).*

Dessa forma, tendo em vista que o demandante aderiu ao seguro do carro, o qual acionado gera a isenção do reembolso pretendido pela empresa, que

**1016667-97.2021.8.26.0005 - lauda 3**



não logrou provar eventual recusa da cobertura securitária, e considerando a ausência de demonstração dos alegados custos assumidos pela ré em razão do sinistro, de rigor o acolhimento do pedido autoral, a fim de declarar a inexigibilidade do débito questionado na inicial, bem como para determinar a restituição do valor de R\$ 1.023,12, referente à caução.

E os danos morais são evidentes. O documento de p. 45/46 comprova que o nome do autor foi negativado por dívida inexigível. Tratando-se de dano *in re ipsa*, é o quanto basta.

Os danos morais serão fixado em R\$ 10.000,00, considerando a ideia de que não devem ser irrisórios, nem muito elevados.

Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos para o fim de declarar a inexigibilidade do débito de R\$ 2.656,37, condenado a ré, ainda, ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 1.023,12, com correção monetária pela tabela prática do TJSP desde a data do encerramento do contrato e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, além de indenização por danos morais que fixo em R\$ 10.000,00, com correção monetária pelo mesmo índice a contar da publicação desta sentença e juros de mora de 1% a partir da citação.

A ré arcará integralmente com o pagamento das custas, despesas do processo e os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da condenação.

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para oferecer resposta, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, para apreciação do recurso de apelação.

Reconsidero a decisão de p. 47, deferindo o pedido de tutela provisória para determinar a suspensão da publicidade da negativação. Oficie-se ao SCPC e Serasa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

fls. 158

**COMARCA DE SÃO PAULO**

**FORO REGIONAL V - SÃO MIGUEL PAULISTA**

**4ª VARA CÍVEL**

**AV. AFONSO LOPES DE BAIÃO Nº 1736, São Paulo-SP - CEP  
08040-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**P.I.**

São Paulo, 03 de fevereiro de 2022.

**PAULO DE TARSSO DA SILVA PINTO**

**Juiz(a) de Direito**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL V - SÃO MIGUEL PAULISTA**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**AV. AFONSO LOPES DE BAIÃO Nº 1736, São Paulo-SP - CEP**  
**08040-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fls. 159

**1016667-97.2021.8.26.0005 - lauda 5**